



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO
E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**O Professor e os desafios enfrentados na prática de uma Educação
Inclusiva**

ODETE DE LIMA ROSA BARROSO

ORIENTADORA: FÁTIMA LUCÍLIA VIDAL RODRIGUES

BRASÍLIA/2011



ODETE DE LIMA ROSA BARROSO

O Professor e os desafios enfrentados na prática de uma Educação Inclusiva

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Depto. de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP - UAB/UnB

Orientador (a): Fátima Lucília Vidal Rodrigues

TERMO DE APROVAÇÃO

ODETE DE LIMA ROSA BARROSO

O Professor e os desafios enfrentados na prática de uma Educação Inclusiva

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em ___/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Fátima Lucília Vidal Rodrigues (Orientadora)

(Examinador)

ODETE DE LIMA ROSA BARROSO (Cursista)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu esposo João que eu amo, às minhas filhas Thatiara e Thatielle e aos meus colegas professores.

AGRADECIMENTOS

À DEUS pelo dom da vida, pela oportunidade e pelo privilégio que me foi dado em participar deste curso.

Aos professores que aceitaram participar da pesquisa e colaboraram para finalização do estudo.

Ao Colégio onde foi realizada a pesquisa.

À minha família pela paciência em tolerar minha ausência.

À minha Orientadora Professora Fátima Lucília Vidal Rodrigues pelo incentivo, apoio, simpatia e auxílio às atividades e discussões sobre o andamento e concretização desta Monografia de Conclusão de Curso.

RESUMO

Objetivo: Investigar, por meio de pesquisa teórica e empírica, a importância do professor para a Educação Inclusiva, assim como alguns desafios e dificuldades enfrentados por ele nesse processo. **Método:** Estudo descritivo de abordagem qualitativa, realizado com 9 professores atuantes em sala com alunos com NEE em um Colégio Estadual na cidade de Anápolis-GO . Foi utilizado como Instrumento de coleta de dados uma entrevista/questionário semi-estruturado, após os resultados foram organizados e transcritos na íntegra as entrevistas e em gráficos. **Resultados:** A maioria dos professores (62.5%) nunca participou de nenhum curso de capacitação sobre o processo inclusivo e 69% deles nunca tiveram experiência prévia com alunos com NEE. Principais desafios enfrentados: Falta de preparo, falta de recursos materiais, financeiros, estrutura e apoio administrativo, porém todos os professores estão dispostos a vencer esses desafios e colaborar com esse processo. Os professores relataram a convivência/receptividade do aluno com NEE na sala regular ser difícil e carregada de preconceito, além disso eles recebem uma avaliação individualizada/diferenciada dos demais. Principais sentimentos citados e observados foram de “insegurança”, “medo”, “receio” e “angústia”. Todos os professores relataram ter um acompanhamento/apoio pedagógico feito por um professor de recursos e ainda afirmaram a escola não estar preparada fisicamente para receber esses alunos. **Conclusão:** Os professores em geral tem claro o seu papel e importância no apoio e acompanhamento do aluno com NEE incluído no ensino regular, contudo muitos elementos discursivos e práticos inexistem à sua prática cotidiana e isso promove um certo distanciamento da proposta real da inclusão. Muitos são os desafios e as dificuldades enfrentadas.

Palavras-chave: Educação inclusiva, professor, práticas pedagógicas.

SUMÁRIO

RESUMO

APRESENTAÇÃO.....08

I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....11

1.1. *Capítulo I – Os processos de inclusão*.....11

1.2. *Capítulo II – Desafios e dificuldades do professor em sala de aula*.....13

II – OBJETIVOS.....17

2.1. *Objetivo Geral*.....17

2.2. *Objetivos Específicos*.....17

III – METODOLOGIA.....18

3.1. *Fundamentação Teórica da Metodologia*.....18

3.2. *Contexto da pesquisa*.....18

3.3. *Participantes*.....18

3.4. *Materiais*.....19

3.5. *Instrumento de Construção de Dados*.....19

3.6. *Procedimentos de Construção de Dados*.....19

3.6.1. *Critérios para inclusão dos sujeitos na amostra*.....20

3.6.2. *Critérios para exclusão dos sujeitos na amostra*.....21

3.7. *Procedimentos de Análise de Dados*.....21

IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO.....22

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....30

REFERÊNCIAS

APÊNDICE

Instrumento de Coleta de Dados (Modelo)

ANEXO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1

Já participou de algum curso de capacitação sobre inclusão escolar?.....23

Gráfico 2

Já teve alguma experiência prévia em sala de aula com alunos com necessidades educacionais especiais?.....27

APRESENTAÇÃO

Este trabalho originou-se da necessidade de estudos que busquem ouvir o professor que recebe alunos com necessidades educacionais especiais em sala de aula, considerando que a inclusão representa um desafio para esses educadores que, de modo geral, não possuem formação em Educação Especial. Hoje a grande preocupação é atuar da melhor maneira possível, desenvolvendo uma prática pedagógica comprometida com o outro. Estou consciente de que se faz urgente um trabalho comprometido por parte dos professores, pois os alunos com necessidades especiais, geralmente já foram muito discriminados, deixados à margem, e está mais do que na hora de efetivarmos ações concretas que garantam aprendizagem e possibilidades de socialização de todos os alunos.

O tema da educação inclusiva tem despertado no meio educacional, angústias e entusiasmos. A mudança de um sistema educacional, que se caracterizou tradicionalmente por ser segregatório e excludente, exige um processo complexo de transformação, tanto do pensar, como da prática cotidiana de ensino. Durante séculos, temos nos deparado com inúmeros desafios no que tange a educação e de maneira muito singular à educação das pessoas com necessidades especiais. Nesta monografia desenvolverei um estudo descritivo com abordagem qualitativa, com objetivo de demonstrar, por meio de pesquisa teórica e empírica, a importância do professor para a Educação Inclusiva, assim como alguns desafios e dificuldades enfrentados por ele nesse processo. Assim, pretendo colocar apenas as primeiras pegadas e, de maneira ousada o traçado inicial de um mapa que continuará a ser desenhado por professores que, como eu, abraçam essa causa.

A palavra Inclusão pressupõe reconhecimento, valorização e compromisso, e tudo isso é muito sério, pois apesar de serem palavras fortes e bonitas, são de difícil execução na prática. Os professores têm uma dificuldade enorme de lidar com essa situação, seja no diálogo, no ensinar ou na maneira de avaliar. Parece que todos na escola, do porteiro à direção, falamos que estamos incluindo, porém no nosso dia a dia fazemos o contrário; não por falta de compaixão, mas sim de esclarecimentos e cursos que nos capacitem melhor. São vários fatores que interferem na qualidade dos serviços oferecidos pelo professor na educação

inclusiva, como uma carga horária desumana, um salário injusto e uma política que não colabora, diminuindo cada vez mais o quadro profissional e aumentando a sobrecarga do educador.

A questão da inclusão é polêmica, principalmente no meio educacional. Faz-se necessário estudar mais a respeito para que os muitos problemas ainda hoje enfrentados possam ser superados. Sendo assim, essa temática vem beneficiar a Comunidade Científica que ainda é carente de trabalhos referentes a esse assunto tão importante e amplo de ser estudado. Esse estudo também é relevante para a sociedade, incluindo professores e alunos, pois há um grande número de alunos com necessidades especiais que precisam de um atendimento melhor por parte da escola para que eles se sintam e sejam incluídos de fato no processo de aprendizagem. Apesar de todas as leis que amparam esses alunos, nós professores não estamos devidamente capacitados a ministrá-los aulas adequadas. Falta-nos conhecimento metodológico e orientações por parte das secretarias de educação. Precisamos de uma escola de verdade, de professores que ensinem de verdade, e onde os alunos também aprendam de verdade.

É na relação entre professor e aluno que a formação do sujeito e do cidadão se realiza, concretizando a missão maior da educação. Diversos autores têm demonstrado a importância das relações entre o educador e o educando para o processo de desenvolvimento e de aprendizagem desse último. Salvador (1994), referindo-se ao contexto da sala de aula, relata que a unidade básica de análise deixa de ser a atividade individual do aluno e passa a ser a atividade conjunta e articulada do educador e do educando em torno da realização de tarefas escolares. Constata-se, então, que professor e aluno, são os atores dessa entrelaçada teia de relações no meio escolar e que se apresenta como o fio da meada desse processo.

Ainscow (2001) afirma que uma escola realmente inclusiva é fundamentada pelo compromisso de que todos tenham o direito à igualdade de oportunidades e à participação de cada um: criança, adolescentes, jovens e adultos, nas várias esferas da vida escolar, sendo considerados igualmente importantes. Uma escola sem nenhuma discriminação, que valorize a diversidade, com profissionais realmente capacitados e valorizados para executar bem a sua função,

que é ensinar. É possível avançar, quando o aperfeiçoamento e o crescimento profissional permanente ocorrem nos contextos escolares.

A educação para todos, de acordo com Silva e Aranha (2005), implica em um sistema educacional que respeita, reconhece e responde, com eficiência, a cada aluno que nele se encontra inserido. A Educação Inclusiva vem contribuir como uma modalidade de ensino que serve a todas as outras modalidades e níveis da educação, sendo a figura do professor uma peça chave para ampliar a visão de conhecimento de todos na escola e assistindo os sujeitos aprendentes em suas diversas especificidades, considerando não somente suas necessidades, sobretudo suas potencialidades. Essa educação deve atender necessidades peculiares e específicas do aluno, como também oferecer suporte técnico-científico ao professor da classe que o atende. Pensar em uma escola inclusiva como uma possibilidade de construção de uma sala de aula melhor, parece que realmente pode vir a ser um progresso na história da educação do nosso país se conseguirmos vencer todos os desafios. Diante da temática exposta, questionamos: qual a importância do professor, suas dificuldades e desafios na prática inclusiva?

I- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1. Capítulo I – Os processos de inclusão

Durante séculos temos enfrentado inúmeros desafios no que tange a educação e, de maneira singular, no que refere à educação das pessoas com deficiência. O ato de educar não é para o outro, mas, para todos. Sendo assim, não é lógico pensar em uma educação inclusiva sem acreditar que fazemos parte dela, isto é, a educação inclusiva atinge não apenas as pessoas com deficiência, mas todos, sem exceção. Ao se trabalhar pela educação inclusiva, a esperança é que juntos possamos ser mais, pois é na parceria, no contato contínuo, na interface cotidiana e frequente, que as trocas de experiências acontecem e vão dando aos sujeitos a possibilidade de ampliar seus significados de mundo, como narram Carvalho e organizadores (2010).

“A escola inclusiva se baseia no princípio fundamental de que “todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter” (CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1994, p. 4). Indo mais além, inclusão significa proporcionar condições necessárias para que essas crianças ou adolescentes realmente sejam incluídos em todas, ou na maioria, das atividades propostas pela escola. A inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares é um grande avanço para a educação do Brasil, pois contrasta com um passado, e por vezes com o presente, que é altamente preconceituoso e excludente (QUATRIN e PIVETTA, 2008).

A educação inclusiva é uma proposta muito complexa e que envolve inúmeros atores. Nesse contexto, destaca-se como protagonista o professor, que atua diretamente no processo educativo e por isso, possui papel mais ativo e de maior responsabilidade (PALHARES e MARINS, 2002).

Sobre a inclusão escolar, Mantoan (2007) narra que as escolas de qualidade são espaços de construção de personalidades humanas autônomas e críticas; espaços em que crianças e jovens aprendem a ser pessoas, onde se

ensinam os alunos a valorizarem a diferença pela convivência, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado durante as aulas, pelo clima socioafetivo das relações na comunidade escolar.

Em uma entrevista do Ministro da Educação, Fernando Haddad à Revista Educação Especial (2008, p. 5) foi questionado como o MEC está impulsionando esse processo de inclusão e se há resultados que indiquem mudanças nos sistemas de ensino na perspectiva das políticas de inclusão. Haddad destaca:

“A educação especial vem ocupando cada vez mais espaço na agenda do MEC, sobretudo nos últimos anos, e o papel da Secretaria de Educação Especial junto às demais secretarias se amplia na perspectiva da inclusão. Os resultados estão aparecendo, é importante registrar que o avanço da matrícula é notável nas escolas comuns da rede pública e o retorno que temos dessas experiências comprova a viabilidade e a eficácia de um sistema educacional que inclui a todos. Os estudos estatísticos já revelam essa face do processo de ensino e aprendizagem que a inclusão estimula, enseja e provoca, reforçando a tese de que o benefício da inclusão não é apenas para crianças com deficiência, é efetivamente para toda a comunidade, porque o ambiente escolar sofre um impacto no sentido da cidadania, da diversidade e do aprendizado.”

Em um estudo sobre os ambientes inclusivos, Sekkel e colaboradores (2010) nos lembram de dois marcos fundamentais que evidenciam o compromisso entre o Brasil e a educação inclusiva: a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (ONU, 1990) e a Declaração de Salamanca de Princípios, Política e Práticas para as Necessidades Educacionais Especiais e Linha de Ação (CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1994). Este compromisso de promover uma melhoria no acesso à educação para todos, independentemente de quais sejam as suas necessidades de aprendizagem, previsto nestes dois documentos, representou uma opção pela construção de um sistema educacional inclusivo e trouxe mudanças na legislação e nas diretrizes educacionais em nosso país, assim como discussões e pesquisas a respeito da proposta da educação inclusiva.

Autores como Caetano, Padilha e Mendes (2010) citam uma série de ações prioritárias ao Programa de Inclusão, quais sejam: conscientização e sensibilização da comunidade escolar, por meio de cursos, palestras, reuniões, dentre outros; capacitação continuada dos educadores e técnicos; orientação às Subsecretarias Regionais de Educação e Unidades Escolares, sob a lei referente à

inclusão, para que os regimentos escolares sejam elaborados em consonância com o Programa de Educação para a Diversidade Numa Perspectiva Inclusiva e orientação sobre as adequações curriculares, visando atender as diferenças individuais; redefinição de formas de avaliação dos alunos em geral; orientação à comunidade escolar a respeito das possibilidades de flexibilização referente à temporalidade e terminalidade escolar; viabilização de recursos pedagógicos e equipamentos (LIBRAS, interpretação de Libras, ensino de Língua Portuguesa para surdos, orientação e mobilidade, utilização do Soroban, ajudas técnicas, educação física adaptada, por exemplo); remoção de barreiras de comunicação, atitudinais e arquitetônicas; acompanhamento e avaliação do projeto e por fim acessórias por parte dos técnicos e da equipe multiprofissional às Subsecretarias e às escolas.

Como explicita Carvalho (2004), a visão dos sistemas de educação inclusiva deve envolver valores e princípios como respeito, paz, tolerância e cooperação, lembrando ainda dos seguintes preceitos: direito à educação, à participação, à igualdade de oportunidades, oferecendo a cada um o que necessita, direito de aprendizagem e escolas responsivas e de qualidade.

Para Skliar (2000), a escola é formada pela homogeneização de atitudes e comportamentos de uma cultura altamente dominante que visa disciplinar o corpo e a mente, de acordo com o modelo e valores de projetos de normalidade. A sociedade, de maneira geral, generaliza os deficientes como pessoas incapazes e excluídas do meio, da convivência, do mercado de trabalho, enfim como pessoas que não têm utilidade para o mercado.

1.2. Capítulo II – Desafios e dificuldades do professor em sala de aula

Gomes e Barbosa (2006) relatam que os percalços a serem transpostos para a efetivação desse processo de inclusão são compreensíveis, pois no Brasil ainda é uma temática um tanto quanto recente e ficam ainda mais evidentes se levarem em consideração as limitações do sistema público de educação no país. A inadequação das instalações e dependências da maioria das escolas, o despreparo do docente para lidar com os portadores de necessidades especiais em geral, a carência de materiais básicos e de recursos tecnológicos avançados, a presença de

uma prática pedagógica que não contempla a diversidade de necessidades educacionais e as ausências de equipes de apoio fazem parte de uma pequena parte das barreiras a serem superadas para que o processo de inclusão escolar de portadores de necessidades especiais seja eficaz.

Nesse sentido, em um estudo referente à concepção de 10 professores e 6 diretores de escolas públicas do Ensino Fundamental de uma cidade do interior paulista sobre a educação inclusiva, a psicóloga Sant'Ana (2005) concluiu que as principais dificuldades indicadas para a realização da inclusão foram a falta de formação especializada e de apoio técnico no trabalho. Como sugestões para superar estes desafios e dificuldades se destacaram: a necessidade de orientação por equipe multidisciplinar, formação continuada, atitude positiva dos agentes, recursos pedagógicos, infra-estrutura adequada, experiência prévia junto a alunos com necessidades especiais, além de apoio da comunidade e da família.

Um artigo publicado por Crochík e colaboradores (2009) analisou as atitudes de alunos de um curso de pedagogia em relação à educação inclusiva. O estudo foi realizado com 188 estudantes de pedagogia. Como resultado, os alunos tenderam a ser mais favoráveis à educação inclusiva, e foi possível verificar que o preconceito, a adesão à ideologia da racionalidade tecnológica e até mesmo ao fascismo são variáveis que estão relacionadas às atitudes acerca da educação inclusiva. Sendo assim, caberia combater esses fenômenos para o fortalecimento de um tipo de educação que seja inerente à democracia, por permitir que as diferenças sejam melhor expressadas.

Por sua vez, Campos e colaboradores (2003), em um estudo sobre a integração do indivíduo deficiente auditivo na escola regular, tendo como referência uma escola pública, onde estudam um grande número de alunos com deficiência auditiva perceberam que o estabelecimento de relações interpessoais entre o deficiente auditivo e indivíduos sem essa deficiência como um aspecto positivo do processo de inclusão, embora, quanto ao processo de aprendizagem, haja um prejuízo causado pela ineficiência da didática, pois não há qualquer forma de um planejamento específico que capacite os professores e funcionários a suprirem as necessidades desses deficientes e também pela falta de acompanhamento extraclasse.

Para que a educação inclusiva ocorra de fato, é necessário um aprimoramento contínuo dos professores, com o domínio de instrumentos e referenciais que façam evoluir as práticas pedagógicas. A capacitação dos professores e o aprimoramento dos demais profissionais da escola, seja através de palestras ou treinamentos específicos, são o ponto fundamental para a efetivação da inclusão nas escolas (CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1994).

O desafio da escola inclusiva, agora não mais como uma educação a parte, segundo Barbosa (2010), é possibilitar que o indivíduo com deficiência apareça na escola e também na história, não somente com o direito à palavra, mas também através de expressão da maioridade e autonomia. E caminhando para o bom senso, então o melhor a se fazer é acolher, respeitar, para que vicejem na educação diferentes olhares, diferentes maneiras de ver, sentir e conhecer, deixando a escola de ser vista como “mestra” que é aquela que fala e se transformar naquela que escuta.

Mendes (2006) destaca que o futuro da educação inclusiva no Brasil dependerá de um esforço coletivo, que obrigará a uma revisão na postura de políticos, educadores, pesquisadores, familiares e indivíduos com necessidades educacionais especiais, para trabalhar rumo a um bem comum, que seria garantir uma educação de qualidade para todos. Politicamente, o movimento pela educação inclusiva requer certos cuidados, caso contrário terá o mesmo destino da "integração escolar", isto é, corremos o risco de perseverar na retórica, na eterna ponderação de que estamos apenas começando um processo, até que no futuro venha um novo "paradigma", do exterior provavelmente, que irá "revolucionar" nosso discurso e quem sabe um dia transformar nossas escolas.

Dalben (2009) em sua pesquisa sobre os ciclos de formação como alternativa para a inclusão escolar, explicita que são graves os problemas que a rede municipal tem enfrentado nesse processo. O grande desafio da escola não se coloca apenas no seu desenvolvimento interno, pois esses problemas, embora sejam complexos, têm possibilidades de ser contornados com o tempo por meio de ações de formação do corpo docente e da equipe pedagógica, a partir de investimentos públicos na materialidade das escolas, por meio de projetos que

permitam ampliar as vivências culturais dos alunos por meio de outras ações dessa natureza.

II – OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é investigar, por meio de pesquisa teórica e empírica, a importância do professor para a Educação Inclusiva, assim como alguns desafios e dificuldades enfrentados por ele nesse processo. A partir da pesquisa terei a oportunidade de aprender e adquirir novos conhecimentos sobre a temática, desenvolver estratégias que possam quebrar as barreiras e vencer alguns obstáculos da educação inclusiva. Logo, a esse objetivo se soma o meu desejo de compreender e reconhecer os desafios implicados em nossa prática pedagógica.

2.2. Objetivos Específicos

Como objetivos específicos buscaremos com essa pesquisa refletir acerca dos processos de inclusão, levantando as dificuldades e desafios do seu preparo profissional, carga horária e política de incentivos para que o professor se capacite e se qualifique melhor para mediar aulas de qualidade aos alunos com necessidades especiais.

III- METODOLOGIA

3.1. Fundamentação Teórica da Metodologia

O presente trabalho trata-se de um estudo descritivo. De acordo com Triviños (1987, p. 112), os estudos descritivos exigem do pesquisador “uma precisa delimitação de técnicas, métodos, modelos e teorias que orientarão a coleta e interpretação de dados”. Tais pesquisas têm como objetivo principal descrever as características de determinado fenômeno ou população, ou então, estabelecer relações entre as variáveis. Nesse tipo de estudo é permitido ao pesquisador observar, analisar e registrar as variáveis de acordo com a distribuição por idade, sexo, procedência e nível de escolaridade, por exemplo (GIL, 2006).

A abordagem do estudo é qualitativa. Nesta, o pesquisador tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados, sendo ele próprio o principal instrumento de coleta dos dados (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Os dados qualitativos descrevem detalhadas situações com o objetivo de compreender os sujeitos em seu tempo e acrescentam ainda que tal método é necessário para a realização de uma pesquisa de campo (GOLDENBERG, 2001).

3.2. Contexto da Pesquisa

A pesquisa de campo foi realizada mediante visita a um colégio estadual na cidade de Anápolis/GO, com alunos com necessidades especiais, sendo os participantes da pesquisa os professores dos referidos alunos. O colégio é de pequeno porte e sua comunidade escolar é composta de 210 alunos matriculados no turno matutino, 130 no vespertino e 90 no período noturno, alunos esses pertencentes a uma comunidade bastante carente. No colégio há cinco alunos com necessidades educacionais especiais, estes contam com o professor de apoio no contraturno. É um colégio com três seguimentos escolares: 2ª fase do ensino fundamental, ensino médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

3.3. Participantes

A população da pesquisa foi composta por professores de alunos com necessidades especiais, atendidos no ensino fundamental e médio, sendo a amostra intencional. Os professores do colégio em pesquisa são os mesmos para todos, muitos deles são recém formados e sem experiência anterior, cada sala é composta de 30 a 35 alunos.

A coleta de dados do estudo se iniciou após o consentimento dos participantes através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) contendo os objetivos, riscos e benefícios da pesquisa e esclarecimento de dúvidas. Os dados pessoais e a identidade dos sujeitos foram preservados, sendo utilizados números para maior sigilo de suas respostas.

3.4. Materiais

Lista de materiais utilizados na pesquisa:

- Papel chamex
- Impressão/Tinta
- Lan House
- Xerox
- Encadernação
- Caneta
- Lápis
- Borracha

3.5. Instrumento de Construção de Dados

Foi utilizado no estudo uma entrevista semi-estruturada. Esta entrevista parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses, as quais vão surgindo à medida em que se recebem as respostas do informante (TRIVIÑOS, 1987).

3.6. Procedimentos de Construção de Dados

A coleta de dados foi realizada em um determinado colégio estadual da cidade de Anápolis/GO, com alunos com necessidades especiais. Foi realizada uma entrevista com os participantes da pesquisa, contendo 9 questões pertinentes à temática do estudo. Optou-se por elaborar um número reduzido de questões, para que elas proporcionem ao entrevistado a possibilidade de discorrer livremente em suas respostas.

A coleta de dados do estudo somente se iniciou após o consentimento dos entrevistados através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) contendo os objetivos, riscos e benefícios da pesquisa e esclarecimento de dúvidas dos participantes. Conforme a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 196/1996, em pesquisa envolvendo seres humanos deve-se sempre tratá-los na sua dignidade, respeitá-los em sua autonomia e defendê-los em sua vulnerabilidade (BRASIL, 2007).

Dentre os riscos da pesquisa, descartou-se a possibilidade de riscos físicos e emocionais, pois não houve nenhuma intervenção ou procedimento, ocorrendo apenas riscos emocionais em pessoas mais sensíveis. Para diminuir os riscos emocionais, o sujeito não necessitou responder no momento as questões que lhes causam tristeza ou indignação, prosseguindo às outras perguntas da entrevista e voltando às mesmas quando se sentisse emocionalmente capacitado para respondê-las. Os sujeitos também tiveram a liberdade em desistir de participar ou prosseguir em qualquer momento da pesquisa, lembrando que isto não acarretou nenhum tipo de penalidade.

O sujeito foi compensado participando deste estudo, contribuindo para o conhecimento científico, para a sociedade e de uma forma especial para os professores, pais e alunos com necessidades especiais, de maneira que possa haver mudanças significativas na situação atual da inclusão desse aluno na escola. Os dados pessoais e a identidade dos sujeitos foram preservados, utilizando números para maior sigilo de suas respostas. Os resultados obtidos a partir dessa pesquisa serão publicados e permanecerão arquivados sob a posse da pesquisadora responsável pelo prazo de 5 anos e posteriormente serão incinerados.

3.6.1. Critérios para inclusão dos sujeitos na amostra

- Ser professor de alunos com necessidades especiais;
- Ser residente no município de Anápolis/GO;
- Expressar o aceite de participação como sujeito da pesquisa após esclarecimento dos objetivos e métodos da pesquisa, por assinatura do Termo de consentimento livre esclarecido de acordo com resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde que dispõe sobre pesquisa com seres humanos.

3.6.2. Critérios para exclusão dos sujeitos na amostra

- Não ser professor de alunos com necessidades especiais;
- Não ser residente no município de Anápolis;
- Recusar participar da pesquisa;

3.7. Procedimentos de Análise de Dados

Após a coleta de dados, foi realizada a análise dos mesmos com o objetivo de tornar claros os resultados, ou seja, categorizá-los para explicitar os eixos de análise. Foram transcritas na íntegra algumas falas, facilitando assim a análise, a compreensão e sistematização dos dados e alguns dados organizados em gráficos.

IV- RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para analisar os dados foram feitos recortes no discurso dos professores entrevistados acerca da temática de pesquisa, permitindo assim compreender alguns desafios enfrentados por eles e sua importância na educação inclusiva. Participaram da pesquisa 9 professores, sendo todos do sexo feminino, acima de 25 anos de idade, com tempo de trabalho no colégio em estudo de 1 a 4 anos, 2 deles pós graduados e 2 recém-formados sem experiência prévia de trabalho na área pedagógica, os demais relataram entre 8 e 12 anos de experiência docente.

No primeiro gráfico podemos observar a porcentagem referente à participação dos professores em cursos de capacitação sobre inclusão escolar. Nota-se que a maioria dos professores (62.5%) nunca participou de nenhum curso de capacitação sobre o processo inclusivo, muitas se justificaram pela falta de tempo disponível, *“para falar a verdade nunca participei desses cursos oferecidos pelo governo pela falta de tempo e motivação, pois essa área hoje está bastante desvalorizada”* (professora 3). É importante salientar que não é uma falta de oferta de cursos de capacitação, pois o governo federal investe para que esta qualificação aconteça. No discurso da professora 9 observa-se que ela acredita que tais cursos são realizados com pouca frequência e não são de fácil acesso, referiu ainda sobre a importância do professor em realizar um curso bilíngüe com o uso de Libras, que tem pouca oferta gratuita.

Apenas 37.5% dos entrevistados já participaram de algum curso ou evento. Importante enfatizar que nenhuma das entrevistadas possuía pós-graduação/especialização na área de inclusão escolar. O presente estudo nos confirma a precariedade em relação à capacitação dos professores e falta de uma educação continuada, apesar de acreditarem nos méritos da inclusão.

Com base nos resultados descritos no gráfico conclui-se que é importante a constante atualização e aperfeiçoamento das práticas pedagógicas a cerca da educação inclusiva, pois muitos educadores sentem-se despreparados para encarar esse desafio. É essencial e urgente que o poder público se mobilize com a situação escolar no nosso país, criando condições para que os professores se tornem

capazes de contribuir com esse processo. Mantoan e Prieto (2006) sugerem a utilização do ensino à distância para formar professores, em todo o Brasil, capazes de atender às diversas deficiências, sejam elas sensoriais, físicas e intelectuais e ao mesmo tempo organizar cursos de especialização para assegurar uma formação adequada à importância exercida pelo professor em sala de aula. Triballi (2003) afirma que o governo deve oferecer uma devida qualificação e especialização aos professores e técnicos que atuam na rede escolar de ensino, para que esteja apto a fornecer assistência e atendimento ao aluno com NEE.

Gráfico 1. Já participou de algum curso de capacitação sobre inclusão escolar?

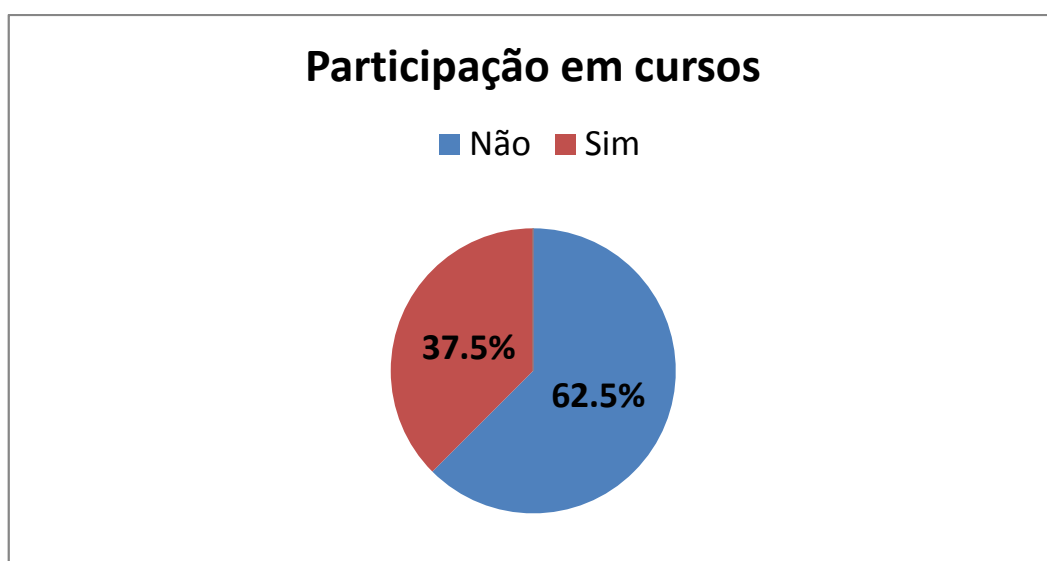


Fig. 1.: Participação em cursos

Em um estudo referente a inclusão educacional dos surdos e seus desafios, todos os professores entrevistados foram unânimes em afirmar que não se sentem preparados em receber em sala de aula alunos surdos, pois não receberam nenhum tipo de treinamento para desempenharem este trabalho. Afirmaram ainda que a inclusão dos surdos é um processo muito complicado, que apesar de ser bastante discutido, a prática é muito falha, pois há falta de recursos, seja de qualificação profissional, de recursos materiais ou do próprio sistema de educação que oferece a oportunidade para que os alunos frequentem a sala de aula regular, criando nas famílias expectativas, mas não prepara a escola para fornecer a estes educandos, um ensino real e satisfatório (PEYERL e ZYCH, 2008).

Ao questionar sobre quais os desafios e as dificuldades encontradas enquanto educador no processo de educação inclusiva e sua importância, a professora de número 1 afirmou que o principal desafio encontrado nesse processo é a falta de preparo dos professores em geral e também a falta de uma implementação concreta e prática de um plano de ação que saia do papel, de leis e decretos e aconteça em sala de aula, pois percebemos que o que predomina atualmente é o modelo de integração escolar e não a inclusão propriamente dita. A professora número 8 afirma que a atual realidade do professor raramente permite que a inclusão de fato aconteça, *“a preocupação com longas jornadas de trabalho acabam nos levando ao ‘desleixo’ e à negligência para com os alunos com NEE”*.

Ainda sobre os desafios do processo, o professor de número 2 acrescentou que o educador é a peça chave nesse processo, portanto deve estar bem preparado, assim como também as escolas em geral devem ser bem estruturadas para receber os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), mas ainda muitos desafios devem ser superados para atingir a educação como direito de todos. O professor de número 5 respondeu que se sente incapaz de atender adequadamente essa clientela de alunos com NEE, situação que é agravada pela falta de recursos materiais e financeiros, de estrutura e de apoio administrativo eficaz.

Em um estudo sobre a educação inclusiva e o papel do professor especialista, a questão 7 versava sobre as dificuldades encontradas para o ensino na sala de recursos em termos de aprendizagens. As docentes que atendem alunos com deficiência intelectual ou auditiva apontaram a falta de materiais e de estrutura do sistema educacional como uma das principais queixas (ZANINI, 2007). Diante dos resultados encontrados neste estudo, nota-se que as dificuldades dos professores de classe comum são totalmente aceitáveis, pois estes alunos necessitam de alguns cuidados especiais.

Partindo deste contexto encontramos na literatura:

“para que os alunos com deficiência mental possam se desenvolver plenamente precisam estar em um ambiente tranquilo, onde respeitem seu ritmo de aprendizagem e suas necessidades, as suas habilidades e aptidões, facilitando assim o trabalho do professor de classe comum, principalmente daqueles que atuam em atividades

recreativas e sociais. O número indicado para que as atividades tenham sucesso seria de no máximo doze alunos". (Brasil, 1995, p.56).

Poleto (2009) realizou um estudo em que foram distribuídos sete questionários para os professores do ensino regular que trabalham com os alunos da sala de apoio inclusivo com perguntas direcionadas sobre a importância da escola especial nesse processo e se houve alguma mudança na aprendizagem. Em geral, os professores afirmaram ser importante esta parceria, pois possibilitou a troca de experiências, conheceram o trabalho realizado na escola especial e, a maioria relatou que o aluno sentiu-se mais seguro, depois de perceber que seus professores das duas escolas estavam se comunicando e interagindo.

Diante dos desafios em sala de aula, perguntou-se como o professor percebe a receptividade e a convivência entre os alunos de salas regulares e os alunos com necessidades educacionais especiais. O professor de número 3 afirmou que a convivência é difícil e mais ainda conscientizar a todos sobre o respeito à diversidade e que por vezes são atribuídos ao alunos com NEE sentimento de inferioridade muito além daquilo que ele apresenta, prejudicando o mesmo em seu desenvolvimento pela falta de credibilidade, por isso é necessário que todos mudem seu olhar. Importante é deixarmos de olhar para a deficiência e nos convenceremos que há um sujeito com deficiência e não apenas uma deficiência. O professora 9 indaga que *“o preconceito ainda está arraigado no meio da sociedade, quem dirá então no ambiente escolar?”*.

Ainda neste mesmo contexto, a professora 2 respondeu que toda diferença pode gerar conflitos e percebemos que nem todos os alunos de salas regulares têm respeito ou paciência com os alunos que apresentam um ritmo de aprendizado diferente. O professor 4 discorre que em partes, há receptividade, mas há momentos que surgem críticas, brigas e momentos ríspidos, pois *“os alunos tido como ‘normais’ querem que o aluno com NEE faça as mesmas atividades que eles e muitas vezes não respeitam sua limitações”*. Em um último discurso, enfatiza-se a fala de um dos professores: *“A educação inclusiva é um desafio, pois provoca e instiga uma qualificação da própria educação, possibilitando que os alunos com NEE ou não, usufruam de uma educação que seja satisfatória”* É essencial e urgente que

o poder público se mobilize com a situação escolar no nosso país, criando condições para que os professores se tornem capazes de contribuir com esse processo.

Mazzota (2001), em seu estudo coloca 3 atitudes sociais que marcaram a história da Educação Especial:

Marginalização: Caracteriza-se por uma atitude onde desacredita – se na possibilidade de mudança das pessoas com deficiência, o que leva uma completa omissão da sociedade em relação à organização de serviços para essa população;

Assistencialismo: Demonstra – se por um sentido de filantropia, paternalismo e humanitário, porque acredita – se que o indivíduo com qualquer tipo de deficiência é incapaz;

Educação/Reabilitação: Possibilidade de mudança das pessoas com deficiência e ações resultantes das atitudes voltadas para as Instituições Educacionais.

Ao serem indagados se há diferença quando se avalia um aluno com NEE e os demais da sala regular, todos os 8 professores afirmaram que sim, a avaliação e a cobrança são diferenciadas. A professora de número 8 relatou que a avaliação é diferenciada respeitando o limite de conhecimento de cada aluno e de acordo com o desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor de cada um. A professora de número 6 afirmou que: *“algumas mudanças são necessárias, devendo ser consideradas as necessidades e dificuldades de cada aluno com NEE”*, enfatizando ainda que é preciso que os sistemas efetivem a questão do número reduzido de alunos na sala de aula para melhor atendimento ao aluno com NEE. Relata ainda que algumas vezes percebem que não há um crescimento considerável em termos de aprendizado desse aluno, sendo maior na questão de convívio e socialização com outros alunos.

De acordo com Hoffmam (1993) é essencial observar, por intermédio da avaliação, se os alunos conseguiram, de fato, compreender os conteúdos trabalhados. Caso contrário, a avaliação pode se tornar apenas classificatória, selecionando e discriminando, causando prejuízos pedagógicos e morais. É essencial que o professor conheça as necessidades de cada um.

Os principais sentimentos que foram citados e observados durante a coleta de dados entre os professores entrevistados foram de “insegurança”, “medo”, “receio” e “angústia”. Em estudos realizados por Miranda (2003) e Tessaro (2005) percebe-se resultados semelhantes ao estudo em questão, como sentimentos de

“medo”, “insegurança”, “impotência” e “ansiedade” expressados pelos professores estudados em relação ao aluno com NEE.

"É natural que os professores se assustem diante da nova situação. Mas isso não deve impedir que recebam em sala cegos, surdos e quem anda em cadeira de rodas, por exemplo. O acesso à informação é maior hoje e nas bibliotecas e na internet é possível encontrar material de apoio - a formação constante é sua função. O discurso "não estou preparado" não cabe mais, já que a lei que garante escola para todos existe há quase 20 anos". (Revista Nova Escola, edição 202, maio de 2007).

Percebe-se no gráfico 2 que ao se perguntar se o professor já teve alguma experiência prévia em sala de aula com alunos com NEE, que a maioria deles (69%) nunca tiveram e apenas 31% deles tiveram alguma experiência anterior com alunos com NEE.

Gráfico 2. Já teve alguma experiência prévia em sala de aula com alunos com necessidades educacionais especiais?



Fig. 2.: Experiência prévia

Ao perguntar se há algum acompanhamento por parte da escola, direção, coordenação para oferecer suporte ao trabalho do professor junto ao aluno com NEE, todos os professores responderam que sim, há um apoio pedagógico realizado por um professor de recursos para auxiliá-los, porém às vezes deixa muito a desejar. A professora 1 sugere que as escolas deveriam ter o apoio de um equipe composta

por fonoaudiólogos, psicólogos, psicopedagogos e assistentes sociais para facilitar e atender às necessidades da clientela, *“porém é uma necessidade que está longe de acontecer”*.

De acordo com Stainback e Stainback (1999), a direção da escola, deve reconhecer sua responsabilidade de definir os objetivos, de garantir a tomada de decisões, o enfrentamento dos desafios e o apoio ao professor e aos alunos, e aos processos que se compatibilizam com a filosofia da escola.

Cabe ao professor de sala de recurso acompanhar o desempenho, identificar necessidades e direcionar o professor de classe comum sobre qual a melhor forma de se trabalhar com esse aluno com necessidades educacionais especiais (Brasil, 1995).

Por fim, perguntou-se aos professores se a escola está preparada fisicamente para receber os alunos com NEE. *“Apesar de existir um esforço dos professores e equipe gestora, a escola não está preparada, pois há limitação no espaço físico da escola e pouca demanda de funcionários para auxiliar no processo de mudança”* (professora 7). Cinco professores afirmaram que o ideal seriam escolas especiais, nas quais atenderiam essa clientela de alunos com NEE, pois elas são preparadas desde a estrutura física até a formação de equipes capacitadas a atendê-los, assim como discorre a professora 3: *“Percebo a dificuldade do aluno com NEE em questão de aprendizado inserido na sala regular convivendo com colegas que muitas vezes os ignoram, não sei que a inclusão veio realmente para incluir de fato”*.

A professora 9 comenta: *“O apoio das autoridades, do governo e dos próprios pais e professores tem sido mínimo. É necessário rever esse processo de ‘inclusão’ para que possa ser realizado de forma efetiva e não meramente mais um aluno ‘telespectador’ em sala de aula”*. Conforme o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (2007), no artigo 24 sobre a Educação enfatiza-se que as pessoas deficientes não sejam excluídas do sistema educacional sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário ou secundário, sob alegação de deficiência e ainda que medidas de apoio individualizadas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta da educação inclusiva plena.

Para que se possa ser delineada uma escola inclusiva, é imprescindível que a instituição observe com mais sensibilidade os interesses, características, resistências e dificuldades apresentadas pelos alunos no cotidiano escolar e no processo de aprendizagem. Assim, o ambiente na escola deve ser constituído enquanto um espaço aberto, acolhedor, capacitado e disposto a atender às peculiaridades de cada aluno (FERREIRA e GUIMARÃES, 2003).

Mantoan (2007) relata que a transformação da escola não é apenas uma exigência da inclusão, assim, ela deve ser encarada como um compromisso inadiável das escolas que terá a inclusão como consequência.

Evidencia-se que o processo de inclusão deve ser além de numericamente garantido por lei, efetivo para todos os alunos, apoiado em uma estrutura composta por profissionais competentes e capacitados, os quais possam garantir a consolidação dessa proposta. A inclusão é, portanto, um motivo para que as escolas se modernizem e os professores aperfeiçoem suas práticas pedagógicas (MANTOAN, 1997).

No Brasil, no campo educacional, as perspectivas para a mudança estão postas na lei, mas ainda não estão devidamente traduzidas em ações políticas, e por isso nem chegam às escolas, e menos ainda às salas de aula. O poder público não está cumprindo bem sua função, o que não impede que cada um assuma sua parte e se torne sujeito dessa história.

V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de todo o amparo legislativo, quer seja no âmbito universal ou nacional, o sistema educacional brasileiro ainda apresenta dificuldades concernentes a total implementação da proposta da educação inclusiva. Por meio deste estudo foi possível perceber que os professores em geral têm claro o seu papel e importância no apoio e acompanhamento do aluno com NEE incluído no ensino regular, contudo ficou claro que muitos elementos discursivos e práticos inexistem à sua prática cotidiana e isso promove um certo distanciamento da proposta real da inclusão na prática, pois se julgam incapazes, impotentes e despreparados frente a essa realidade que é agravada pela falta de material adequado, de apoio administrativo e recursos financeiros, no entanto notou-se que eles estão dispostos e disponíveis a trabalhar com a diferença e contribuir neste processo. É claro também que eles carecem de cursos de formação e capacitação continuada voltados tanto para abordagens metodológicas da área de atuação quanto a aspectos gerais da formação de professores.

Faz-se necessário este estudo, pois nos propomos a colaborar com a construção do conhecimento da área na medida em que esta pesquisa busca verificar onde há lacunas e onde precisamos orientar melhor nossos educadores, para então termos uma educação inclusiva competente e concisa a ponto de atender com precisão os alunos com NEE. Sendo assim, esse estudo vem beneficiar a Comunidade Científica que ainda é carente de trabalhos referentes a esse assunto tão importante e amplo de ser estudado. Como relevância social, esta pesquisa sensibiliza professores e sociedade para o processo de inclusão de alunos com NEE em escolas regulares.

Sendo assim, a mudança e transformação no sistema de ensino são essenciais para a inclusão avançar; porém, apenas isso não é suficiente. Há uma exigência de grandes esforços de todos, para assim revermos uma série de barreiras como as ações e práticas pedagógicas aplicadas e os processos de avaliação, possibilitando que a escola possa ser vista como um ambiente de aprendizado, deixando de existir a discriminação pela idade, raça, aparência ou

capacidade do aluno. Temos de recuperar o tempo perdido, arregaçar as mangas e promover uma reforma estrutural e organizacional de nossas escolas.

É necessário utilizar novas tecnologias e investir em capacitação/qualificação, envolvendo toda comunidade escolar. Focar na formação do professor, que é relevante para aprofundar as discussões teóricas e práticas, proporcionando subsídios com vistas à melhoria do processo de ensino aprendizagem. Assessorar o professor para resolução de problemas no cotidiano na sala de aula, criando alternativas que possam beneficiar todos os alunos, sem preconceitos. Utilizar metodologias e currículos flexíveis, levando em conta a singularidade de cada um, respeitando seus interesses, idéias e desafios. Investir na proposta de diversificação de conteúdos e práticas que possam melhorar as relações entre professor e aluno. Avaliar de forma permanente e continuada, enfatizando a qualidade do conhecimento e não a quantidade, oportunizando a criatividade, participação e cooperação.

Para incluir um aluno com necessidades educacionais especiais numa turma dita comum, é preciso criar mecanismos que permitam que ele interaja educacional, social e emocionalmente com todos. Tarefa complexa, sem dúvida, porém necessária e possível!

No Brasil, no sistema educacional, as perspectivas para a mudança estão postas na lei, mas ainda não estão devidamente traduzidas em ações políticas reais, e por isso nem chegam às escolas, tão pouco às salas de aula. O poder público não está cumprindo bem sua função, o que não impede que cada um assuma sua parte e se torne sujeito dessa história. O futuro da inclusão escolar dependerá de um esforço coletivo, que obrigará a uma revisão na postura de pesquisadores, políticos, prestadores de serviços, professores, familiares e indivíduos com NEE, para trabalhar numa meta comum que seria a de garantir uma educação de melhor qualidade para todos, sem exceção (Mendes, 2006).

Educando todos os alunos juntos, as pessoas com NEE adquirem oportunidade de preparar-se para a vida em comunidade, além dos professores também serem beneficiados com a alternativa de melhorar suas habilidades profissionais. A sociedade poderá tomar a decisão consciente de funcionar

respeitando o valor social da igualdade para todos, com os conseqüentes resultados de melhoria da paz social (STAINBACK & STAINBACK,1999).

Por fim, é oportuno enfatizar que os diversos estudos e práticas de trabalho tem mostrado que o desenvolvimento das pesquisas nesta área e temática desempenha um papel muito importante para direcionar o professor e mostrar a situação da educação inclusiva na realidade atual do nosso dia-a-dia. Ainda assim pretendemos ver a melhora desse perfil. Conclui-se, então, que deveria se adotar um conceito de educação inclusiva que tenha como objetivo a necessidade de garantir também o acesso ao conhecimento e não apenas a socialização.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. y otros. (2001). *“Crear condiciones para la mejora del trabajo em el aula”*. Ediciones Narcea. Espanha.

BARBOSA, F. A. *Da segregação ao protagonismo. Atendimento Educacional Especializado – AEE_ Perspectivas para a Educação Inclusiva em Goiás*. Caderno 1. Goiás, Secretaria de Educação/Coordenação de Ensino Especial, 2010.

BRASIL (MEC) - Secretaria de Educação Especial. *Subsídios para organização e funcionamento dos serviços de educação especial: Área de deficiência auditiva*. Série: Diretrizes 6, 1995 d.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução CNS nº 196/96. *Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. In: Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Manual operacional para comitês de ética em pesquisa. 4ª ed. Brasília: CNS; 2007.

CAETANO, D. B.; PADILHA, J. C.; MENDES, M. L. *Referencial teórico da Educação Inclusiva em Goiás. Programa Estadual de Educação para a Diversidade numa Perspectiva Inclusiva: 10 anos de história*. Caderno 9. Goiás, Secretaria de Educação/Coordenação de Ensino Especial, 2010.

CAMPOS, A. M.; SOUZA, C. L.; ALMEIDA, D. S. [et al.]. Dificuldades de aprendizagem e nas relações interpessoais do deficiente auditivo numa sala de aula de uma escola regular. *Rev. ciênc. méd. biol*; 2(2): 219-229, jul.-dez. 2003.

CARVALHO, L. R.; CARVALHO, S. D.; CUSTÓDIO, W. G. *Atendimento Educacional Especializado – AEE_ Perspectivas para a Educação Inclusiva em Goiás*. Caderno 1. Goiás, Secretaria de Educação/Coordenação de Ensino Especial, 2010.

CARVALHO, R. E. *Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”*. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – *Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Brasília. Setembro de 2007.

CROCHÍK, J. L.; CASCO, R.; CERON, M [et al.]. Relações entre preconceito, ideologia e atitudes frente à educação inclusiva. *Estud. psicol.* (Campinas) vol.26 no.2. Campinas Apr./June 2009.

DALBEN, A. I. L. F. Os ciclos de formação como alternativa para a inclusão escolar. *Rev. Bras. Educ.* vol.14 no.40 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2009.

DUTRA, C. P. Inclusão: Diversidade também se aprende na pré-escola. *Revista Nova Escola*, maio de 2007, edição 202.

FERREIRA, M. E. C. e GUIMARÃES, M. *Educação Inclusiva*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2006.

GOLDENBERG, S. *Publicação do trabalho científico: compromisso ético*. 2006.

GOMES, C.; BARBOSA, A. J. G. Inclusão escolar do portador de paralisia cerebral: atitudes de professores do ensino fundamental. *Rev. bras. educ. espec.* vol.12 no.1 Marília Jan./Apr. 2006.

HOFFMANN, J. M. L. *Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola a universidade*. Porto Alegre: Educação e realidade, 1993.

LÜDKE, M e ANDRÉ, M.E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, M. T. E. (Org.). *A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon. SENAC. 1997

MANTOAN, M. T. E. 1ª Audiência Pública Abril/2007: “Educação Inclusiva”. CEE/RR. Governo do Estado de Roraima/Secretaria de Educação, Cultura e Desportos/Conselho Estadual de Educação de Roraima.

MANTOAN, M. T. E. e PRIETO, R. G.. *Inclusão escolar*. São Paulo: Summus, 2006.

MAZZOTA, M. J. S. *Educação especial no Brasil: Histórias e políticas públicas*. São Paulo: Editora Cortez, 3ª Edição, 2.001.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. v.11, n.33. Rio de Janeiro. Set./Dez. 2006.

MIRANDA, A. B. *A Prática Pedagógica do Professor de Alunos com Deficiência Mental*. Tese de Doutorado. Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba/SP, 2003.

PALHARES, M. S.; MARINS, S. *Escola Inclusiva*. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

PEYERL, A. T. G.; ZYCH, A. C. A inclusão educacional dos surdos e seus desafios. *Revista Eletrônica Lato Sensu – Ano 3, nº1, março de 2008*.

POLETO, N. A. *Ressignificação do papel da escola especial e do professor especialista itinerante frente à inclusão educacional da criança com deficiência intelectual*. Maio/2009.

QUATRIN, L. B.; PIVETTA, H.M.F. Inclusão escolar e concepções docentes: do desejo idealizado à realidade prática. *Revista Educação Especial*. no. 31, p. 49-62, 2008, Santa Maria.

REVISTA EDUCAÇÃO ESPECIAL. Inclusão. Entrevista: HADDAD, F. Brasília, v. 4, n. 1, p. 7-17, jan./jun. 2008.

SALVADOR, C. C. *Aprendizagem escolar e construção de conhecimento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SANT'ANA, I. M. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. *Psicol. estud.* vol.10 no.2 Maringá May/Aug. 2005.

SEKKEL, M. C.; ZANELATTO, R. e BRANDÃO, S. B. Ambientes inclusivos na educação infantil: possibilidades e impedimentos. *Psicol. estud.* vol.15 no.1 Maringá Jan./Mar. 2010.

SILVA, S. C.; ARANHA, M. S. F. Interação entre professora e alunos em salas de aula com proposta pedagógica de educação inclusiva. *Rev. bras. educ. espec.* vol.11 no.3 Marília Sept./Dec. 2005.

SKLIAR, C. *Discursos y prácticas sobre a deficiência y normalidad. Lãs exclusiones del lenguaje, del grupou de la mente*. In: GENTILI, P. *Códigos para la ciudadanía. La formación ética como práctica de la libertad*. Madrid/Buenos Aires: Santillana, 2000.

STAINBACK & STAINBACK, et.al. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TESSARO, N. S. *Inclusão Escolar: concepções de professores e alunos da educação regular e especial*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

TIBALLI, E. F. A. Estratégias de Inclusão frente à diversidade social e cultural da escola. In LISITA, V. M. S; SOUSA, L. F. E. C. *Políticas Educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar*. Rio de Janeiro: Endipe, Alternativa e DPeA, 2003.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO (CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL) - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (1994). *The Salamanca Statement and Framework for Action on Special Needs Education*. Salamanca, 1994.

ZANINI, F. *Educação inclusiva e o papel do professor especialista*. BAURU, 2007.

APÊNDICE

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Esta entrevista é um instrumento para coletar dados para uma pesquisa com o tema “O Professor e os desafios enfrentados na prática de uma Educação Inclusiva”, com o objetivo de investigar, por meio de pesquisa teórica e empírica, a importância do professor para a Educação Inclusiva, assim como alguns desafios e dificuldades enfrentados por ele nesse processo. Para tanto, não é necessário se identificar, basta responder as questões com objetividade.

Grata por sua participação.

ROTEIRO:

1. Qual seu nível de escolaridade?
2. Quanto tempo de experiência docente?
3. Já participou de algum curso de capacitação sobre inclusão escolar?
4. Quais os desafios e as dificuldades encontradas enquanto educador no processo de educação inclusiva e sua importância nele?
5. Como você enquanto educador percebe a receptividade e a convivência entre os alunos de salas regulares e os alunos com NEE?
6. Há diferença ao se avaliar um aluno com NEE e os demais da sala regular?
7. Já teve alguma experiência prévia em sala de aula com alunos com necessidades educacionais especiais?
8. Há algum acompanhamento por parte da escola, direção, coordenação para oferecer suporte ao trabalho do professor junto ao aluno com NEE?
9. A escola está preparada fisicamente para receber os alunos com NEE?

ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado Sr^o (ª), estamos realizando uma pesquisa, que tem como objetivo demonstrar, por meio de pesquisa teórica e empírica, a importância do professor para a Educação Inclusiva, assim como alguns desafios e dificuldades enfrentados por ele nesse processo. O Sr^o (ª) está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), dessa pesquisa. Logo após ser esclarecido (a) sobre as informações da pesquisa; caso aceite fazer parte do estudo assine no final deste documento (folha), que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Se não aceitar, você não participará da pesquisa e não será penalizado (a) de forma alguma.

Informações sobre a Pesquisa:

- Título da Pesquisa: **O Professor e os desafios enfrentados na prática de uma Educação Inclusiva**
- Pesquisadora responsável: Fátima Lucília Vidal Rodrigues (Orientadora)
- Pesquisadora participante: Odete de Lima Rosa Barroso (Tel.: (62) 3313-4182)

Lembrando que o Sr^o (ª) poderá entrar em contato a qualquer momento, durante ou depois do estudo ser realizado, e tirar todas as suas dúvidas com as pesquisadoras, mesmo em ligações a cobrar para o número ou caso o Sr^o (ª) se sinta lesado (a) ou prejudicado (a).

Nessa pesquisa o Sr^o (ª) irá nos ajudar respondendo perguntas referente à vivência como professor de alunos com necessidades especiais no contexto da inclusão escolar. Sua participação é de forma voluntária sem nenhum custo, podendo se recusar a participar da pesquisa sem nenhuma penalidade. Poderá ser compensado, contribuindo para o conhecimento científico, para a sociedade e de uma forma especial para os professores, pais e alunos com necessidades especiais, de tal maneira que possa haver mudanças significativas na situação atual da

inclusão desse aluno na escola. Garantimos que os seus dados pessoais e sua identidade serão preservados.

A pesquisa descarta a possibilidade de riscos físicos ao participante, pois não haverá nenhuma intervenção ou procedimento, podendo ocorrer apenas riscos emocionais em pessoas mais sensíveis. Para diminuir os riscos emocionais, o sujeito não precisará responder no momento as questões que lhes causam tristeza ou indignação, podendo prosseguir às outras perguntas da entrevista e voltando às mesmas quando se sentir capacitado emocionalmente para respondê-las. Os resultados obtidos a partir dessa pesquisa serão publicados e permanecerão arquivados sob a posse da pesquisadora pelo prazo de 5 anos e posteriormente serão incinerados.

Desde já agradecemos sua participação.

Atenciosamente,

Odete de Lima Rosa Barroso
(Cursista)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____,
RG nº _____ abaixo assinado concordo em participar voluntariamente da pesquisa: **O Professor e os desafios enfrentados na prática de uma Educação Inclusiva**, como sujeito.

Declaro ter sido devidamente informado (a) pela pesquisadora participante Odete de Lima Rosa Barroso sobre os objetivos envolvendo a pesquisa, os possíveis riscos, bem como os benefícios e quanto ao número da pesquisadora para que eu possa entrar em contato quando julgar necessário. Obtive também a garantia de que não serei obrigado (a) a participar e poderei desistir a qualquer momento da pesquisa sem qualquer penalidade. Foi-me concedida uma cópia desse documento.

Anápolis, _____ de _____ de 2010

Assinatura do participante

Odete de Lima Rosa Barroso (Cursista)

Presenciei a solicitação de consentimento, seu esclarecimento e a aceitação do sujeito em participar da pesquisa.

Testemunhas:

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____